

<b>Total de medidas apresentadas pela CNI</b>	<b>52</b>	<b>100,0%</b>
<b>Medidas adotadas</b>	<b>22</b>	<b>42,3%</b>
<b>Medidas parcialmente adotadas</b>	<b>9</b>	<b>17,3%</b>
<b>Medidas não adotadas</b>	<b>21</b>	<b>40,4%</b>

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	<b>Adiar</b> , por 90 dias, o pagamento de <b>todos os tributos federais</b> , incluindo as contribuições previdenciárias	<b>Adotada Parcialmente</b>	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 139, de 03/04/20, Resolução CGSN 154, de 03/04/20, e Portaria ME 150, de 7 de abril de 2020	Adia Simples Nacional (federal, estadual e municipal) e FGTS, por 90 dias. PIS/Cofins, Contribuição Patronal Previdenciária sobre Folha de Pagamentos, CPRB e Funrural, por 60 dias. Isenta o IOF-Crédito por 90 dias (Decreto 10.305/20)
	2	<b>Adiar</b> a entrega da declaração do <b>IRPF</b>	<b>Adotada</b>	IN RFB 1.930, de 01/04/20	
	3	<b>Parcelar</b> o pagamento dos valores dos <b>tributos com recolhimento adiado</b> , sem juros e multa	<b>Adotada Parcialmente</b>	MP 927, de 22/03/20	Pagamento parcelado do FGTS
	4	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, o prazo para a apresentação das <b>obrigações acessórias das empresas</b>	<b>Adotada Parcialmente</b>	Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e IN RFB 1932, de 03/04/20	Adia Defis (Simples Nacional), DASN-Simei (MEI), DCTF e EFD Contribuições

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	5	<b>Dispensar o pagamento</b> , por 90 dias, sem multa, de <b>parcelas de programas de refinanciamento de dívidas</b> dos contribuintes com a União	<b>Adotada Parcialmente</b>	Portaria 103 do ME, de 17/03/20, e Portaria PGFN 7.820, de 18/03/20	Suspende procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência e abre transação extraordinária com primeira parcela a ser paga em junho/20
	6	<b>Suspender os prazos</b> de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de <b>defesas administrativas e recursos perante o CARF</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20 e Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União
	7	Criação de alternativas de julgamento das <b>sessões do CARF por meio virtual</b>	<b>Adotada</b>	Portaria CARF 10.786, de 29/04/20	Sessões virtuais de julgamento das Turmas Ordinárias e da Câmara Superior

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	8	Suspender os prazos para resposta do <b>contribuinte</b> em razão do exercício de <b>fiscalização</b>	<b>Adotada</b>	Portaria RFB 543, de 20/03/20	Suspende prazos para realização de atos processuais no âmbito da RFB
	9	Suspender, por 90 dias, os <b>prazos de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal</b>	<b>Adotada</b>	Portaria ME 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuinte
	10	Instituir a <b>retroatividade dos prejuízos fiscais registrados</b> no período de calamidade pública, com a possibilidade de serem <b>compensados com lucros</b> auferidos nos <b>últimos dois anos</b> , gerando <b>restituições de IRPJ e CSLL</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	11	Realizar o <b>pagamento imediato dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de tributos federais</b> (PIS/Cofins e IPI) já homologados pela RFB e <b>reduzir, de 360 dias para 90 dias, o prazo para a análise dos pedidos de ressarcimento e compensação</b> de saldos credores de tributos federais pela RFB	<b>Não adotada</b>		
	12	Permitir a <b>dedução do IR devido por pessoas físicas e jurídicas das doações</b> a fundos estaduais de saúde ou a hospitais públicos, que organizem campanha de arrecadação para prevenção e tratamento da Covid-19, e a <b>manutenção dos créditos de PIS/Cofins sobre os insumos</b> que deram origem a saídas objeto de doação	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	13	<b>Isentar</b> , temporariamente, o <b>PIS/Cofins-Importação</b> , o Imposto de Renda Retido na Fonte ( <b>IRRF</b> ) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ( <b>CIDE</b> ) relativos a remessa ao exterior para o <b>pagamento de serviços técnicos e royalties relacionados ao tratamento e à prevenção da Covid-19</b>	<b>Não adotada</b>		
	14	<b>Estender o prazo para entrega do Formulário Eletrônico do MCTIC (FORMPD)</b> por parte das empresas que tenham realizado projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em 2019 e que buscam enquadramento nos benefícios previstos na <b>Lei do Bem</b> (Lei 11.196/2005)	<b>Não adotada</b>		
CRÉDITO	15	<b>Reduzir a Taxa SELIC</b> na reunião do COPOM prevista para 18 de março de 2020	<b>Adotada</b>	Decisão do Copom, em 18/03/20	Reduz a Taxa SELIC em 0,5 p.p., fixando-a em 3,75% a.a.

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	16	<b>Reduzir a Taxa SELIC</b> na reunião do COPOM prevista para 6 de maio de 2020	<b>Não adotada</b>		
	17	<b>Reduzir os depósitos compulsórios</b> sobre depósitos a prazo e depósitos à vista	<b>Adotada Parcialmente</b>	Circular BCB 3.993, de 23/03/20	Reduz apenas da alíquota do depósito compulsório a prazo, de 25% para 17%
	18	<b>Facilitar</b> , por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do <b>acesso a capital de giro</b> , inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	<b>Adotada</b>	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Resolução CODEFAT 850, de 18/03/20	
	19	<b>Prorrogar o prazo de pagamento de obrigações financeiras</b> , com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento	<b>Adotada</b>	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	20	<b>Autorizar o Banco Central a operar com títulos privados e direitos creditórios</b> como forma de <b>financiar diretamente empresas</b> não financeiras	<b>Não adotada</b>		
	21	Ampliar os <b>financiamentos do BNDES diretamente às empresas</b> por meio da <b>aquisição de novas debêntures</b>	<b>Não adotada</b>		
	22	Criar <b>linha de financiamento emergencial</b> para <b>médias e pequenas</b> empresas	<b>Não adotada</b>		
	23	Ampliar os índices de cobertura da carteira do agente financeiro ( <i>stop loss</i> ) do BNDES FGI e do Fundo Garantidor de Operações	<b>Não adotada</b>		
	24	<b>Suspender</b> , por 90 dias, a <b>exigência de regularidade com a Seguridade Social e da CND</b> para financiamentos com recursos públicos	<b>Adotada Parcialmente</b>	MP 958, de 27/04/20	Dispensa a CND, mas ainda é preciso dispensar a regularidade com a Seguridade Social
	25	<b>Facilitar as operações de crédito</b> para empresas em situação de <b>recuperação judicial</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	26	Permitir a <b>suspensão temporária de pagamentos de empréstimos contratados ao BNDES com equalização</b> de taxa de juros pelo <b>Tesouro Nacional</b>	<b>Não adotada</b>		
	27	<b>Ampliar</b> a linha de <b>crédito</b> especial com recursos dos <b>Fundos Constitucionais de Financiamento</b>	<b>Não adotada</b>		
	28	<b>Reduzir a taxa de redesconto</b> junto ao Banco Central do Brasil	<b>Não adotada</b>		
REGULAÇÃO	29	Ajustar, pela ANVISA, as normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais <b>trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA)</b> e outros insumos	<b>Adotada</b>	RDC Anvisa 348, de 17/03/20	
	30	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, as <b>Certidões Negativa de Débito (CND)</b> com vencimento durante o período de vigência das medidas contra a crise provocada pela Covid-19	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20, e Portaria Conjunta 555 RFB/PGFN, de 23/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	31	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, <b>licenças obrigatórias, certidões, certificados e atestados</b> de regularidade	<b>Adotada parcialmente</b>	Portaria MMA/ICMBio 226, de 21/03/20, Portaria MMA/Ibama 826, de 21/03/2020, e Portaria INMETRO 101, de 20/03/20	Suspende os prazos processuais, na área ambiental, por tempo indeterminado e prorroga dos prazos de validade dos certificados de verificação
	32	<b>Adiar a cobrança</b> da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ( <b>TCFA</b> ) dos meses de março e junho de 2020	<b>Não adotada</b>		
INFRAESTRUTURA	33	Criar linha de <b>crédito temporária</b> para atenuar os problemas dos <b>contratos de energia elétrica realizados pelas Indústrias</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
INFRAESTRUTURA	34	<b>Isentar tributos federais e encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica</b> , pelo período de três meses, com compensação por parte da União dos recursos de encargos setoriais não transferidos à sua destinação	<b>Não adotada</b>		
COMÉRCIO EXTERIOR	35	<b>Prorrogar, por 12 meses, o prazo de cumprimento de exportação, no âmbito dos regimes aduaneiros especiais Drawback, Recof e Recof-Sped</b> , referente a atos concessórios outorgados e solicitações que vencerão até dezembro de 2020	<b>Não adotada</b>		
	36	<b>Alinhar as atividades dos órgãos de fronteira</b> de modo a serem conduzidas de maneira conjunta, coordenada, intensificada e baseada em gestão de risco, sobretudo nas <b>inspeções de cargas</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
COMÉRCIO EXTERIOR	37	<b>Não criar novas anuências e/ou certificações e/ou restrições ao transporte das mercadorias</b> , por um período de 90 dias	<b>Adotada Parcialmente</b>	Lei 13.993, de 23/04/20 e Portaria SECEX 16, de 18/03/2020	Proíbe a exportação de equipamento médico, hospitalar e de higiene e estabelece Licença Especial de Exportação para esses produtos
	38	<b>Prorrogar, automaticamente, as licenças de importação</b> , por 90 dias	<b>Não adotada</b>		
	39	Adiar os <b>prazos de pagamento de encargos e taxas aduaneiras</b> , bem como dispensar a <b>apresentação física dos comprovantes</b> para a liberação das cargas	<b>Adotada Parcialmente</b>	IN RFB 1.936, de 15/04/20	Permite que os certificados de origem das mercadorias possam ser apresentados em até 60 dias, contados da data do registro da Declaração de Importação

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
COMÉRCIO EXTERIOR	40	Conceder <b>liberdades temporárias de tráfego aéreo para operações de carga</b> com países em que restrições possam ser aplicadas	<b>Não adotada</b>		
TRABALHISTA	41	<b>Reduzir jornada e salário de forma proporcional</b> diretamente pelas empresas	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	
	42	Ampliar o <b>banco de horas</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	43	Reduzir as exigências para a realização do <b>teletrabalho</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	44	Reativar o <b>Programa Seguro-Emprego (PSE)</b>	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	45	<b>Custear o salário dos empregados afastados</b> , em especial para os empregados das micro e pequenas empresas	<b>Adotada</b>	Lei 13.982, de 02/04/20	Dedução, pelas empresas, dos valores pagos nas Contribuições à Previdência Social, limitado ao teto do INSS
	46	Permitir a <b>compensação de dias não trabalhados do período de férias</b> e outras alterações	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	47	Ampliar o <b>Lay-Off</b>	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	
	48	Suspender os <b>registros administrativos</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	49	Ampliar o prazo para a realização de <b>exames ocupacionais</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	50	Suspender os prazos de <b>contestação e de recursos administrativos</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	51	<b>Excluir</b> , de forma expressa no texto de lei, a <b>Covid-19 como doença relacionada ao trabalho</b>	<b>Adotada, mas suspensa pelo STF</b>	MP 927, de 22/03/20	STF suspendeu a vigência do artigo 29 da MP 927, que trata do afastamento de possível natureza ocupacional dos casos de Covid-19
	52	Estender, de forma emergencial, o <b>critério de dupla visita</b>	<b>Adotada, mas suspensa pelo STF</b>	MP 927, de 22/03/20	O STF suspendeu a vigência do artigo 31 da MP 927, que trata do foco orientador da atuação da fiscalização trabalhista durante a pandemia